

Prefácio

Diálogos Sobre uma Obra Pertinente

Márcia Aparecida Gobbi

Como citar: Gobbi, Márcia Aparecida. Diálogos Sobre uma Obra Pertinente . *In* : Araujo, Luciana Aparecida de; Cordeiro, Ana Paula (org.). **Educação e pandemia: Impactos e desafios**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p.7-18. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-308-3.p7-18>



Prefácio

Diálogos Sobre uma Obra Pertinente

A obra *Educação e pandemia: impactos e desafios*, organizada por Luciana Aparecida de Araújo e Ana Paula Cordeiro, tem, entre muitas, uma característica que não pode ser desconsiderada. Ela foi tecida em tempos da pandemia, ocasionada pelo vírus Sars-Cov-2. Faz disso seu mote e enfrenta o desafio de pensar, em meio ao turbilhão causado por esta pandemia que parece não ter fim. Apresenta importantes reflexões relacionando, como o próprio título nos informa, educação à pandemia que é, inegavelmente, das maiores e mais acachapantes que temos registrado em nossa história. A hipótese que parece irrefutável é que a educação se viu profundamente transtornada nesses tempos, essa que já tem sido alvo de tantas formas de exclusão, empobrecimento pelas políticas públicas, que sob a aparência de busca por torná-la mais acessível e justa para todas/es/os, desde a creche, enverga-se em frente ao empresariado que a suga nas entranhas.

Ao debruçarem-se sobre a educação e seus desdobramentos na pandemia, os autores - que escrevem essa obra a muitas mãos - convocaram-me a pensar sobre as condições enfrentadas por profissionais da educação no período abordado, o que me motivou a escrita. Respeitando os limites de um prefácio, busquei me juntar às análises, práticas e pensamentos produzidos. Destaco, inicialmente, a importância de obras que recentemente têm contribuído com diferentes produções teóricas, ao registrar a história no momento mesmo em que ela acontece.

São registros que podem ser consultados posteriormente, permitindo àquelas e àqueles que virão, ter um amplo panorama do triste período pelo qual estamos passando e perceber suas transformações e permanências e o quanto isso exige de nós.

Nos últimos dias de fevereiro de 2020, identificou-se, no Brasil, a primeira contaminação pelo Coronavírus Sars-Cov-2. Na Europa, centenas de casos já tinham sido notificados, conferindo-nos um espaço temporal entre os casos europeus e a chegada da doença no Brasil e sua disseminação. Este tempo permitiria agir a partir do que já se sabia sobre o Covid, colocando-nos num lugar em que ações preventivas poderiam ter acontecido. Contudo, não nos valemos desta experiência. Contrariando essa possibilidade, nos deixamos levar ladeira abaixo, em estado de espera pelo que seria trágico. Iniciava-se uma pandemia que, até o momento em que escrevo esse prefácio, parece não ter fim, modificando-se ao bel prazer das variantes do Sars-Cov-2 e, não só, mas também fazendo valer a máxima de que sem vacinas nos braços, nos acometemos da doença em suas formas mais brutais.

O bairro do Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, um dos metros quadrados mais caros do mundo, compôs um triste e emblemático cenário, projetando o que se alastraria pelo país como doença fatal, repito, até a existência de vacinas¹. Conhecemos lamentavelmente a primeira vítima da Covid: uma empregada doméstica, que vivia na casa dos patrões, “para se proteger” do vírus e da longa distância a ser percorrida entre sua casa na periferia do Rio de Janeiro e a de seus empregadores. Era uma trabalhadora que vivia no local onde trabalhava, reproduzindo relações de exploração, que nos remetem imediatamente a textos clássicos como Casa Grande &

¹ Vale lembrar que a primeira dose da vacina contra a Covid-19 foi ministrada no Brasil em 17/01/2021, em São Paulo.

Senzala, de Gilberto Freire, e ao período colonial no qual tanto se aprendeu sobre tortura e os poderes espalhados no cotidiano das pessoas. O país das históricas desigualdades de classe, de raça, gênero e etária mostrava, mais uma vez, sua face hedionda. A morte da empregada doméstica contagiada pelos patrões, recém-chegados da Itália, mostrava escancaradamente elementos engendrados nessa pandemia que, à moda brasileira, produzia ainda mais desigualdades, devido a inoperância, ao descaso e à política de Jair Bolsonaro, inegavelmente produtora de mortes. Escrevo este texto num momento em que continuamos a lutar pela vacinação, comprovadamente eficaz e salvadora de vidas, com mais de 620 mil vidas perdidas e em que temos no Sistema Único de Saúde (SUS) o serviço fundamental para divulgação de políticas públicas de saúde que mantiveram milhões de vidas salvas deste vírus e de tantas outras doenças.

Neste contexto pandêmico e de frágeis políticas que dessem sustento efetivo a maioria da população, importa referir-me também às populações indígenas, as quais, em meio à pandemia, foram obrigadas a manifestarem-se contra o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) 215, que se referia à Demarcação de Terras Indígenas. Trata-se de uma das principais bandeiras da bancada ruralista, transferindo do governo federal para o Congresso a atribuição de regularizar as Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Unidades de Constituição. Prevê-se que nova sistemática, se aprovada, deverá paralisar de vez o processo de oficialização dessas áreas protegidas.

Moradoras e moradores de Ocupações de terrenos e edifícios, em grandes centros urbanos e áreas rurais, foram submetidos a ameaças e processos que removem casas e vidas, de modo concomitante, ao extirpar direitos, organizações e relações já estabelecidas entre todas/es/os. Com batalhas que envolveram movimentos sociais de luta por moradia e

pesquisadores, foi possível obter a suspensão desses processos de remoção, pelo menos até 31 de março de 2022, embora em recente notícia, se tenha sabido do não cumprimento do que fora determinado pelo Superior Tribunal Federal (STF), numa afronta às formulações legais². As pessoas, sem casa e sem emprego, passaram a ter nas ruas seu lugar de abrigo, único para onde ir. Sem condições de se manter, famílias inteiras têm ocupado avenidas e ruas. Estima-se que somente na cidade de São Paulo tenhamos em torno de 66 mil pessoas em situação de rua, número que já era alarmante antes da pandemia e que aumentou muitíssimo nesses últimos dois anos³.

O ex-ministro do Meio Ambiente, numa de suas falas, em reunião com ministros, assessores e presidência da República, afirmou a necessidade de “passar a boiada”. Não há dúvidas de que a pandemia foi usada para fins escusos, para passar toda sorte de projetos e acobertar ações que inviabilizam as vidas da maior parte da população, em especial mulheres, negros e negras, crianças. A olhos vistos, a “boiada” vem passando de forma aviltante, retirando direitos de trabalhadores, estudantes, indígenas e matando impiedosamente, de distintas maneiras.

Essa breve contextualização é importante para nos aproximarmos da escrita da obra aqui prefaciada, que não mediu esforços para nos apresentar práticas e reflexões oriundas de um campo específico: a educação, que sofreu enormemente pelos descasos em larga escala, dos quais foi vítima. O livro nos apresenta importantes contribuições a partir

² Conforme notificou a Rede Brasil Atual (RBA). Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/12/familias-despejadas-sp-stf-remocoes/>. Acesso em: 09 jan. 2022.

³ Agência Brasil. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-10/sao-paulo-tem-mais-de-66-mil-pessoas-que-vivem-em-situacao-de-rua#:~:text=Publicado%20em%2015%2F10%2F2021,sem%20teto%20na%20capital%20paulista](https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-10/sao-paulo-tem-mais-de-66-mil-pessoas-que-vivem-em-situacao-de-rua#:~:text=Publicado%20em%2015%2F10%2F2021,sem%20teto%20na%20capital%20paulista.). Acesso em: 09 jan. 2022.

de questões aparentemente tão simples, cujos desdobramentos são fundamentais para pensarmos sobre as diferentes maneiras de se produzir a educação e a escola, esta última alvo de empresários, que tentam privatizações direta e indiretamente e abandonam profissionais à sua própria sorte, esvaziando de sentido o exercício do magistério, que, aparentemente, pode ser cumprido por qualquer profissional, sem as devidas formações e remunerações necessárias.

No Brasil, em 2020, 48 milhões de estudantes deixaram de frequentar presencialmente as escolas em todos os níveis da educação básica. No Estado de São Paulo, maior rede pública do país, 3,8 milhões não puderam estar na escola. Vale sublinhar que entre as mulheres a porcentagem é maior, pois o acúmulo de atividades, muitas vezes, as impede de continuar os estudos, afinal, entre usar o celular para suas aulas e deixá-lo para seus filhos e suas filhas ou parentes de menos idade, a opção é que fiquem com elas e eles. Os cuidados com parentes adoecidos também tomaram o tempo que poderia ser destinado aos estudos. Isso implica grandemente a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Somente no Estado de São Paulo, temos menos 60 mil estudantes adultos e adultas nas escolas, e as mulheres estão majoritariamente entre eles⁴. Não podemos atribuir esse fato à mera “desistência” de ir à escola, em qualquer de suas etapas, assim como não é possível responsabilizar apenas a pandemia. Ela foi, e ainda é, um elemento fundamental para o recrudescimento da ausência de condições para a vida estudantil enfrentada por estudantes de todas as idades, mas não é o único fator, como sabemos, já que a desigualdade permeia e evidencia nossa história há séculos.

⁴ Conforme dados apresentados no site <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/03/mais-de-60-mil-adultos-deixaram-de-estudar-durante-a-pandemia-em-sp.shtml>. Acesso em: 09 jan. 2022.

Educadores viveram momentos em que questões foram postas, exigindo soluções urgentes: o que fazer com todas/todes/os estudantes, desde a creche? Dentro de uma cultura escolar, que embora em constantes mudanças, já está bastante consolidada, como proceder à distância, com práticas pedagógicas que exigem a presença das pessoas, cujas constantes relações produzem vivamente culturas, conhecimentos variados, para bem além dos conteúdos escolares e currículos previamente definidos? A pandemia expôs problemas já arrastados por décadas, mas criou outros muito importantes, para dar continuidade às expectativas educacionais, para manter e construir vínculos entre pessoas de todas as idades, para produzir a vida em tempos de mortes. Ao considerarmos as pesquisas e relatos de práticas contidos na obra aqui abordada, percebe-se que profissionais da educação, em todas as etapas, incluindo a educação especial, tão relegada, em esforços contínuos mantiveram a educação continuamente viva, apesar de descasos.

Aspectos tão investigados por inúmeras/es/os pesquisadoras/es, tais como, a importância do contato físico, das relações entre todas/es/os e que produzem os espaços escolares e o conhecimento em distintas áreas foram colocados em xeque. Corpos de crianças e jovens, suas vozes, anseios, correrias e debates ricos foram silenciados. O que seria possível, agora num momento em que se parecia engessar quaisquer dessas práticas, e, de fato, as engessou, produzindo outras e até mesmo impedindo qualquer prática escolar, diante de um cenário de miséria, presente em diferentes bairros de pequenas e grandes cidades brasileiras, em que o acesso à internet era impossível, bem como, a computadores pessoais, ainda escassos, devido ao alto custo. Dados da Pesquisa por Amostra Domiciliar (PNAD) Contínua, realizada em 2019, no Brasil, revelam que 4,3 milhões de estudantes não tinham acesso à internet e destes 4,1 milhões são de escolas públicas. Isso

se deve especialmente a razões econômicas e à indisponibilidade de oferta de redes de acesso em várias regiões do país. Esse quadro permite-nos levantar várias hipóteses, sendo uma delas muito plausível, qual seja: as crianças poderiam deixar suas escolas, pois estavam impossibilitadas de acessá-las mesmo remotamente.

Seria possível tecer vínculos mediados por uma tela, ou por telinhas tão pequenas como as de celulares, divididos com adultos e outras crianças estudantes? O fato é que tais recursos tardaram muito a chegar às famílias, que ficaram apartadas de conteúdos e interações escolares que começaram a ser criadas. Tal formato e condições tão adversas levaram a muitas problematizações; diria que algumas delas já deveriam estar em curso mesmo antes da pandemia. Ela apenas lhes conferiu maior visibilidade. Muitos encontros ao vivo, só que não exatamente - as chamadas *lives* - deram tom às reflexões e foram delineando as condições em que estávamos; cursos de extensão foram realizados e tiveram como intuito promover reflexões sobre o que estava se passando e engessava, angustiava, adoecia pessoas, não somente aquelas acometidas pela Covid-19.

Alertas para as abordagens remotas e as possibilidades de tratar as disciplinas escolares, especialmente no ensino fundamental e a manutenção ou reformulação das avaliações escolares, aprovações, continuidade do ano escolar, somavam-se análises necessárias sobre a urgência em divulgar dados sobre a pandemia – omitidos pelo Ministério da Saúde –, manter o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgação científica fundamental para que a população pudesse prevenir-se, vacinar-se posteriormente, conhecer o que ocorria no país e no mundo. Enfim, as escolas e todas/es/os que a compõem ficaram à deriva, deriva essa que resultava de um projeto bem

arquitetado e relacionado às formas ultra neoliberais de tratar populações em especial vulneráveis e tão fragilizadas.

É nesse contexto que nos tira o fôlego e exige coragem que Luciana Aparecida de Araujo e Ana Paula Cordeiro organizam a obra *EDUCAÇÃO E PANDEMIA: IMPACTOS E DESAFIOS*. Ao ler os nove capítulos que o compõem, escritos por muitas mãos, embora apontem criticamente para a urgência de enfrentarmos a educação entre e após a pandemia, nos deixam o gosto amargo, eu diria, de que não temos exatamente os novos tempos, mas a urgência, recrudescida pela pandemia, de enfrentarmos a terra arrasada, construída ao longo de 500 anos sobre pandemias, pobreza, diferenças transformadas em tantas desigualdades e fomes.

Esta obra vai ao chão da escola com voos rasantes, apresentando realidades em que pessoas fazem um esforço para forjar a educação, apesar de tudo, forjando a própria vida que brota da crueza e das tantas necessidades. É possível compreender, pelos relatos e reflexões presentes neste livro, processos criativos ricos que nos remetem a pensar sobre os sentidos da escola. Afirimo, com base na leitura dos capítulos, que os mesmos se juntam ao que busco fortemente na tessitura de uma vida que se faz na educação: a certeza de que a escola pode ser vista como local produtor de vida e que na pandemia, com a urgência das aulas remotas, de cuidar de familiares carecidos de comida, a escola se refez em sentidos que a aproximaram das comunidades que estão em seu entorno. Se afetou a cultura escolar, já sabidamente carcomida por um cotidiano que precisa ser revisto, embora também aprazível, a pandemia trouxe bons elementos para pensarmos comunitariamente e outros tantos sobre o que fazer para enfrentar as agruras diárias.

Enquanto muitos agentes da educação buscavam soluções, especialmente, professoras e professores, outros davam cabo às mudanças

pelas quais o Ensino Médio estava passando e que terão início em 2022, com ares de fim de pandemia e retorno ao normal, como ainda vários grupos insistem em afirmar. Normal que deveria ser rechaçado, questionado, alterado estruturalmente. Colocam-se em prática altas doses do empreendedorismo travestido de empoderamento de jovens e mulheres, em que o protagonismo de estudantes não passa de escolhas de itinerários pedagógicos, projetos de vida e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. O empresariado e o mercado ditam as regras para essa mudança curricular do Ensino Médio (CATINI, 2020) e deixam a juventude com um futuro facilmente perceptível: ausente da materialização de seus direitos, com empregos precários, universidades privadas e de baixa qualidade, inexistência de pesquisas científicas.

Em relação aos bebês e as bebês, merece destaque a ausência de relações entre eles e elas e destes com adultas que cuidam e educam. Ao mesmo tempo em que essa preocupação era colocada em pauta, outras movimentavam meios acadêmicos e fóruns de pesquisadoras e professoras em organizações de caráter político. Afinal, que segurança teriam essas crianças de tão pouca idade, sem vacinas, ao irem para as creches e pré-escolas? Como se posicionar em meio a uma pandemia, diante da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que afirma: “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”, diz o artigo 29. Já o artigo 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) define que “a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou

privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade”. O espaço doméstico tornou-se o local, não apenas de cuidados, como também onde ocorriam as práticas educativas de caráter escolar. Repete-se a indagação: de que lado ficar diante deste quadro? Bebês não podem ficar diante de telas, por muito que tenhamos avançado, nada substitui mãos que acarinham, colo em que é possível sentar-se para um aconchego, uma brincadeira, um afago. Assim, essas urgências compuseram muitas discussões sobre educação de crianças com pouca idade.

Há muito trabalho a ser feito como nos relata esta obra, mas como debatido e exposto em seus capítulos, muito foi feito, ainda que mergulhado em incertezas. Destacaram-se e tanto os profissionais da educação, que em sua lida diária com estudantes da educação básica e ensino superior, educação especial, criaram formas para enfrentar os resultados, não de uma pandemia, mas fundamentalmente, dos desgovernos existentes durante a mesma. Todas as autoras e autores desta obra são também, como consta no título, aquelas e aqueles que enfrentaram duramente o que estava ocorrendo, já que, vale reforçar, o ensino superior e a produção de suas pesquisas e reflexões não ficou à parte, ao contrário, produziu ciência, artigos científicos e livros realizados enquanto procuravam equilíbrio em meio ao mar revolto, um desafio, inegavelmente. As publicações acadêmicas em artigos, como tratado em um dos capítulos deste livro, assim como, livros e demais formas de divulgação científica, demonstram os esforços feitos pela academia para se manterem vivos e à verve que nos coloca em pé, em diversas ações.

O cenário já tão desafiador da educação, em todas as suas etapas, tornou-se ainda mais, ao longo da pandemia, exigindo muito de todas/es/os nós. Ganhamos ao ler a obra e pensar nos enfrentamentos presentes, o que demanda pensar sobre o lado em que estamos nessa guerra

que tem envolvido tão de perto a educação e aqueles que a fazem desde a base, cotidianamente. Luciana e Ana Paula, bem como, Gabriel Scoparo do Espírito Santo, Márcia Mendes de Lima, Fábio Vinicius Alves, Luiz Felipe Garcia de Senna, José Salustiano dos Santos, Débora Fabiana Vaz Dellamura, Claudia Regina Mosca Giroto, Maria Teresa Alvares de Paula, Manuela Cristina Tórcia, Camila Aparecida da Silva, Emerson da Silva dos Santos, José Carlos Miguel, Juliana Xavier Moimàs, Patrick Pacheco Castilho Cardoso, Viviane Jaqueline Peron Ferreira, Manuel João Mungulume, Alonso Bezerra de Carvalho e Cleriston Izidro dos Anjos, nomes de todas, todes e todos autores, informados aqui de trás para frente, enfrentam o desafio da escrita num tempo em que insistem em nos dizer que não devemos produzir pensamentos e demais ações, que a ciência não nos vale como forma explicativa da vida, que o estudo e a pesquisa são colocados em segundo plano. Faço coro ao que fora escrito num dos capítulos desta obra e convido à reflexão: em 2022 teremos um ano de eleições. Está em jogo a fragilíssima democracia brasileira, a desigualdade social adensada, as mais absurdas violências cometidas contra povos negros, indígenas, mulheres e crianças. O cenário exige muito de nós e não podemos nos silenciar ou nos contentarmos com algumas palavras de ordem que mais apaziguam nossos egos do que compõem lutas efetivas contra a barbárie. Vamos ler, tomar pé dos acontecimentos e das recentes e importantes reflexões.

Parabenizo a todas/es/os e que venham outros diálogos, pois carecemos demais deles como forma de nos fortalecermos para enfrentar o que já está em curso e o que virá.

Márcia Aparecida Gobbi

Referências

CATINI, Carolina. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. *Revista USP*, [S. l.], n. 127, p. 53-68, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.i127p53-68. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/180045>. Acesso em: 11 jan. 2022.